

Do Velho ao Novo Airão: a interface entre Conservação Ambiental e a Urbanização

Gizele Melo Uchoa¹
Wagner de Deus Mateus¹
Sandra do Nascimento Noda²

RESUMO: O adjetivo no nome do município de Novo Airão nos envolve em uma discussão sobre espaço, tempo e arruinamento, este último, uma peculiaridade presente nas cidades amazonenses. O arruinamento de Airão nos faz refletir sobre a finitude dos bens naturais, conservação, omissão do estado, cultura e como estes sofreram transformações e adaptações mediante processos de (des) urbanização. Com a criação da região metropolitana de Manaus e construção da Ponte Rio Negro, tornou-se necessária a verificação dessas transformações e mediante uma atividade de campo realizada no município citado, baseados em observações sistemáticas, entrevistas e registro fotográfico, o presente sintetiza analisou as transformações na organização desse ambiente baseado no acesso aos bens comuns, conflitos socioambientais, aetnoconservação, o processo de urbanização, a economia e a cultura local. O cenário de cidade interiorana sofreu transformações com o processo de conurbação, urbanização e mudanças infraestrutural pela a institucionalização da região Metropolitana de Manaus e a Ponte Rio Negro. A integração trouxe diversificação econômica, influenciando a cultura e intensificando conflitos socioambientais aumentando os riscos sobre a conservação dos bens naturais ao longo prazo. A expansão da urbanização disputa campo com as lutas de conservação ambiental e as práticas cotidianas da população local. A história de Novo Airão é um espectro influenciado pela condição econômica de cada período, no início foi associado ao declínio das atividades extrativistas, despovoamentos sucessivos na época da colonização e isolamento geográfico, atualmente o é por conflitos ambientais e ausência do estado por não investir na economia, educação e saúde.

Palavras-chave: Novo Airão, Conservação Ambiental, Urbanização

GT12: Problemas e políticas socioambientais no meio urbano.

¹ Alunos de Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas. E-mail: uchoagizele@ig.com.br

² Dra. em Ecologia (Conservação da Biodiversidade) (UFMT); Profa. na Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas. E-mail: snoda@ufam.edu.br

A complexidade Amazônia

“O gigantismo é incompatível com um desenvolvimento harmonioso” (Schumacher).

Seríamos levianos se afirmássemos que a Amazônia é um lugar comum, o qual é passível de aceitar qualquer modelo de desenvolvimento, mesmo aquele com a alcunha de sustentável, não se trata apenas de uma região exótica, mas sim de um complexo que possui uma sociobiodiversidade vibrante, eloquente, inspirável. A constituição de Novo Airão é parte disso.

A origem de Airão e a constituição de Novo Airão são reflexos das facetas e paragens históricas que dão forma ao cenário e imaginário Amazônico. A singularidade característica desta região não pode ser pensada e discutida, senão por uma perspectiva holística, na sua forma complexa.

Em seu livro, *O complexo da Amazônia*, Djalma Batista (2007) fez um relato das características que são peculiares ao universo amazônico, descrevendo suas formas de ocupação, os ciclos econômicos, destacando o Ciclo da Borracha, os grandes projetos direcionados a região, as idéias de povoamento, as migrações, ressaltando a participação nordestina na configuração do povo amazonense, mas com enfoque para sua população tradicional, descrevendo o indígena, o caboclo e o ribeirinho entrelaçados com outra singularidade da região, sua biodiversidade.

A abordagem descritiva inerente na obra do autor nos convida a um pensamento global se pretendermos entender a Amazônia, pois não se trata apenas de uma região fenotípada por ser demograficamente desértica ou como a última fronteira do desenvolvimento, mas sim como um espaço com uma floresta tropical rica em sociobiodiversidade, na qual a totalidade é compreendida nas interações e interações dos indivíduos históricos e culturais com o ambiente o que nas palavras de Capra (2002) dão forma a teia da vida.

Além de observá-la na sua totalidade, é imprescindível também um olhar histórico, pois os processos de ocupação e formação da Amazônia são capítulos de uma novela e que, portanto precisam ser encarados na sua continuidade. Isso porque a produção da sociedade acontece num tempo e espaço determinado, com escalas diferentes de região para região (CARLOS, 2001). No caso da Amazônia o processo de produção/reprodução do espaço está ligado à expansão dos processos de urbanização e territorialização que ao mesmo tempo é parte e todo.

E ao reolharmos para o cenário atual, a ocupação do espaço na Amazônia vem ocorrendo mediante processos de urbanização desencadeados pelos centros urbanos, tal como a capital Manaus para seu entorno e municípios adjacentes. Os municípios da região mesmo estando próximos a este centro urbano não sofrem diretamente as influências dos hábitos urbanos, logo, há significativa diferenciação, compreensão e relação com o tempo e espaço, pois enquanto Manaus cresce a ponto de ser considerada uma metrópole, onde as demais cidades da região metropolitana de Manaus não possuem as mesmas características e requisitos urbanos.

Ante tal cenário e na tentativa de equilibrar e não motivar um movimento de *desurbanização* foi criada por meio da Lei Complementar Estadual n.052, de 30 de maio de 2007, a Região

Metropolitana de Manaus (RMM) ou Grande Manaus a partir da união dos seguintes município: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva (Figura 1).

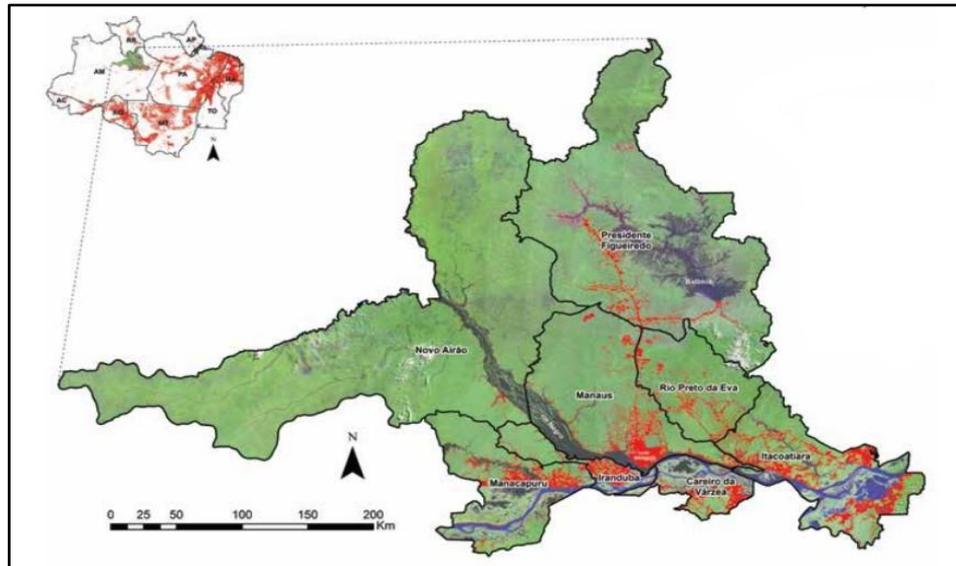


Figura 1. Geografia da RMM
Fonte: Borges (2014)

A migração dos moradores das cidades vizinhas e mesmo demais estados também foi um aspecto decisivo para a criação da RMM já que Manaus possui o Pólo Industrial o que gera milhares de empregos, tornando-se assim um chamariz e motivador a mobilidade. Com a RMM especulava-se a diluição e evitar o inchamento populacional em Manaus.

A RMM trata-se de um conglomerado com características peculiares em relação àquelas existentes no restante do Brasil, mesmo não atendendo a todos os requisitos norteadores para a criação das regiões metropolitanas, como complexo de abastecimento de água, serviços de transporte e trânsito, energia elétrica, coleta de lixo, dentre outros, que surgem com o processo de conurbação, fenômeno onde não há uma separação limítrofe visível de uma cidade para outra.

No entanto isso não foi e não é limitante ao desenvolvimento da região, haja vista que a necessidade de circulação de capital nos ambientes construídos não necessariamente precisa de um ambiente físico construído, o capital é móvel e cria novos papéis para os agentes econômicos. O contexto imaterial da RMM criou as condições necessárias à constituição de renda, juros e impostos, além de moldar a divisão geográfica do trabalho e a organização espacial da reprodução social (HARVEY, 2009).

Houve de fato, como em outros exemplos históricos, a imposição de uma política desenvolvimentista, mas que não atende aos reais interesses das populações desses municípios que de uma hora a outra se viam parte de uma das 63 regiões metropolitanas existentes hoje no Brasil. Como consequência percebe-se o aumento dos conflitos socioambientais ocasionados pelo

processo de (des) urbanização, a degradação ambiental assim como a especulação imobiliária e diante deste cenário, observa-se a passividade e omissão do estado.

E ao analisarmos as transformações que ocorrem nos perfis geográficos dos municípios que passaram a integrar a região metropolitana de Manaus a partir da construção da Ponte Rio Negro, tornou-se necessária à verificação fenomênica dessas transformações e mediante idas a campo, realizada ao município de Novo Airão, e utilizando-se do método de observação sistemática, conversas, análise documental e registro fotográfico a presente discussão analisa as transformações na organização desta nova condição socioambiental baseada no acesso aos bens comuns, conflitos socioambientais, práticas de etnoconservação, o processo urbanização, integração rodoviária, a economia e a cultura local.

Airão, o agora Velho e a constituição de Novo Airão

O adjetivo presente no nome do município de Novo Airão nos remete a uma discussão que coadunam espaço e tempo, um cenário motivado pelo processo de arruinamento da primeira sede do local, o Airão, uma peculiaridade que se fez presente em outras cidades amazônicas.

Foi um fenômeno que oportunizou a construção de um novo espaço e território de reprodução social. Ao nos referirmos ao arruinamento de Airão fitam-se a finitude dos bens naturais, as práticas de Etnoconservação, a urbanização, a economia, assim como a cultura local e como estes sofrem transformações e adaptações a uma nova episteme, a ambiental.

A constituição de Novo Airão é fruto consequente do surgimento de outro lugar que agora se convencionou chamar de Velho Airão, trata-se, portanto de um processo de construção e reconstrução do espaço a partir de um arruinamento, ressaltada aqui como a desconstrução de um local simbólico, contribuindo para a configuração de um novo espaço de reprodução social. (LEFEBVRE, 2006).

O processo histórico de ocupação e constituição de Airão ocorreu como em outras partes da Amazônia, por meio da presença constante dos missionários representantes da igreja, no ano de 1694, posto que é considerada como a primeira povoação às margens do Rio Negro, até mais antiga que a própria localidade da primeira capital do Amazonas, Barcelos, já que esta foi fundada em 1758 (IBGE, s.d.). Sua fundação advém da Missão de Santo Elias do Jaú, a qual teve início entre 1657 a 1668, já que há uma divergência de relatos históricos.

Airão vivenciou as disputas pela catequização das primeiras populações ocupantes autóctones da região em torno de 1764, logo, as etnias indígenas foram aos poucos sendo catequizadas o que deu início ao povoado por índios via de regra oriundos de resgates e aldeamentos (LEONARDI, 1999).

Os antigos missionários faziam o reconhecimento da região e logo perceberam a rusticidade do Airão, fato descrito em alguns relatos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) no

período de 1783 a 1792 que durante suas viagens realizou um trabalho descritivo abordando a agricultura, a fauna, a flora e os habitantes locais.

Nos seus escritos que compreendem a obra *Viagem Filosófica ao Rio Negro* (1983), o autor relata a região como possuidora de uma produção insignificante de agricultura, onde está apenas era dirigida ao auto sustento, mas que possui uma extensa riqueza florestal.

E passados 92 anos desde sua criação, Ferreira (1983) relata que ainda em 1786 não havia em Airão quaisquer sinais de riqueza material, além da florestal, sem indícios de produção e reprodução de riqueza que fossem atrativos a possíveis moradores brancos, permanecendo assim uma região abandonada. Ainda de acordo com o naturalista, em momentos a este revisitado, houve uma intensa ocupação da região, solapados por abandono subsequente, fato este que o leva a trazer a tona o questionamento do arruinamento do Airão.

O fenômeno do arruinamento nas palavras de Leonardi (1999) ocorreu no âmbito da infraestrutura da cidade (Figura 2 e 3), pois as pessoas que ali viviam não pereceram ou sumiram. E com isso o autor destaca o abandono do espaço de Airão e a constituição ou aparecimento do agora Novo Airão, essa dinâmica traz a tona os processos históricos que foram determinantes em outras áreas da Amazônia.

Ao analisarmos o arruinamento de Airão como processo de depreciação simbólico e físico, é possível destacar entre outros motivos, as intempéries climáticas do próprio ambiente, a geografia, o relevo, a política, economia, as fronteiras, e já na atualidade, temos o mesmo cenário, mas agora coexistindo com pressões externas para alcançar o desenvolvimento urbano.



Figura 2. Ruínas em Velho Airão.
Fonte: Bruno Marcheno (2010)



Figura 3. Construções em Velho Airão.
Fonte: <http://www.acritica.uol.com.br>

Integração e o Mito do Desenvolvimento

Os modelos de regiões metropolitanas constituídas como política desenvolvimentista a partir da integração de municípios com a evidência dos fenômenos conurbativos verificados em outras regiões do país e do mundo, pois de Afonso da Silva (2004) uma região metropolitana constitui-se de um conjunto de Municípios cujas sedes se unem com certa continuidade urbana em torno de um Município-polo, dando origem a microrregiões de grupos de Municípios limítrofes com certa

homogeneidade e problemas administrativos comuns, cujas sedes não sejam unidades por continuidade urbana.

Partindo desse entendimento, o contexto amazônico surge com suas exceções, pois se trata de uma realidade outra, sua peculiaridade territorial e geográfica revela distâncias entre os sujeitos e centros em oposição ao resto do país, isso nos leva a pensar a criação da RMM não como fenômeno da conurbação, tal como ocorreu em outras regiões brasileiras, pelo contrário, a determinação foi sustentada por discernimentos políticos e ajuizamento de valores para que se constituísse e se estabelece esse novo território.

Logo, o que se percebe é o contraste entre o objetivado e o alcançado, pois enquanto as regiões metropolitanas, “como espaço de interação de diversos autores, espacialidades e interesses, precisam ser tratadas sob a ótica do agir comunicativo, tendo em vista a implantação da administração pública dialógica para o desenvolvimento local” (GONÇALVES e MARRA, 2012, p.170-171).

Portanto, o fato que estamos a analisar acerca da criação de uma rede urbana tal como é definida, possui um *modus operandi* para identificá-la e classificá-la, mas como estamos apresentando, sua replicação está acontecendo de forma diferenciada na região, pois até então, eixo de urbano que há, não interliga com tanta eficácia os demais municípios, o que não demonstra os requisitos de conurbação.

Dessa forma o desenvolvimento pela integração regional como dispõem a constituição das regiões metropolitanas não está acontecendo na RMM, pois vai de encontro ao que Gonçalves e Marra (2012) tomando como base a ação comunicativa de Habermas (1989), já que a gestão metropolitana não é comunicativa, logo questionasse a quem isso interessa, há algum interesse comum, ou uma vontade universal?

Paragens de Novo Airão e sua face urbana

O fato do deslocamento populacional ocorrido no âmbito do Airão para o Novo Airão não foi uma peculiaridade, pois municípios de Atalaia do Norte, Barreirinha, Coari, Fonte Boa, Itacoatiara, Novo Aripuanã, Urucurituba também passaram por situações semelhantes, não todas motivadas pelo arruinamento, pois sendo este processo implícito nas suas constituições, uma aporte para pesquisas futuras.

Na Figura 4 podemos perceber a localização das duas sedes, sendo que pouco mais de 70 km as separa. E se hoje ainda permanecesse no seu lugar de origem, a sede estaria na divisa com o município de Barcelos a poucas horas de barco de seus distritos de Moura e Carvoeiro (AM) e da comunidade de Panacarica pertencente ao município de Caracaraí (RR).



Figura 4. Localização do Velho e Novo Airão.
Fonte: <http://www.katerre.com>

Com o arruinamento de Airão, principalmente pela degradação ambiental e falência econômica, após os tempos áureos da borracha na Amazônia, os seus moradores deslocaram-se para locais mais próximos da capital, outros se mudaram para a localidade de Vila de Itapeaçu, local que a partir 1955 seria denominado de Novo Airão, quando este é desmembrado de Manaus pela Lei n. 96 de 19 de Dezembro do corrente e posteriormente elevado a categoria de cidade, sendo apenas em 23 de Fevereiro de 1956 sua oficialização com sua instalação.

Desde sua fundação em 1955, o cenário de cidade interiorana vem sofrendo mudanças e transformações em decorrência do paulatino e tímido processo de urbanização advindas da institucionalização da Região Metropolitana de Manaus (RMM), e ressaltada pela construção da Ponte Rio Negro integrando de fato Manaus a outros dois municípios além de Novo Airão, são eles Iranduba e Manacapuru.

Com a integração rodoviária é possível identificar dois setores que sofreram maiores influências e diversificação, a economia e a cultura local, e ainda de acordo com Sousa (2013), essa expansão na infraestrutura e a especulação imobiliária, implica na ampliação da demanda de tijolos da região produtora, Iranduba, o que pode aumentar o desflorestamento e contribuir para a degradação ambiental dessa região.

Esse é um exemplo das transformações que intensificam e/ou criam conflitos socioambientais aumentando os riscos sobre a conservação dos bens naturais ao longo prazo. Tal discussão nos leva para o campo da Ecologia Política, pois enquanto campo de pesquisa interdisciplinar tem como objeto, os conflitos socioambientais, os quais de acordo com Little (2006, p.91) "referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico".

A inter-relação ecológica aqui abordada dirige justamente a questão do acesso aos bens comuns, pois com a integração, os moradores do local, passaram a interagir cada vez com pessoas de outras partes, seja disputando os recursos florestas, pesqueiros e demais ambientais, tal situação nos leva a considerar que esses problemas tratam-se do que Muniz (2009) escreve como conflitos ecológico distributivos e que para tanto precisa de uma abordagem envolvendo de principalmente geografia e a antropologia, já que esses casos podem extrapolar a esfera local e atingir níveis internacionais.

Os aspectos econômicos do local citados acima é de fato um setor influenciado pela integração e urbanização na atual conjuntura, mas também foi o protagonista em tempos idos o que provocou o arruinamento de Airão, pois com o ciclo da borracha foi imposto à natureza um limite auto para produção do látex, logo temos que a sina do desenvolvimento econômico esta atrelada aos desejos do mercado de crescer ininterruptamente e qualquer custo, a tal ponto de exaurir as reservas e recursos naturais.

Mas não se pode analisar a integração como um câncer maligno, pois as transformações que ocorrem no município nos fazem perceber que as pessoas cada vez mais vêm mantendo múltiplas atividades produtivas (artesanato, pesca, turismo, agricultura e comércio) e incorporando novas atividades e/ou tecnologias com a expansão urbana, levando-os a atuarem por intermédio de diferentes relações de trabalho em diversas atividades produtivas na tentativa de manterem suas praticas conservacionistas e conseqüentemente infligir ao ambiente os mínimos impactos.

A dimensão conservacionista em Novo Airão

O município de Novo Airão além de possuir uma riqueza florestal própria, também tem como atrativo ser um pólo turístico e um pólo naval (institucionalizados em novembro de 2010 com o Plano de Desenvolvimento Sustentável da RMM) no qual a Universidade do Estado do Amazonas em 2008 implantou o curso de Tecnólogo em Construção Naval, isso em coexistência a Unidades de Conservação (UC) do tipo Parque Nacional (PARNA).

Além de áreas como as do Parque Estadual Rio Negro (PERN), Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Terra Indígena (TI) e em uma pesquisa realizada por Moura (2009) acerca de um diagnóstico ambiental urbano de Novo Airão, este relata que o município de “possui atualmente cerca de 75% do território ocupado por UC’s, sendo: PARNA Jaú, PERN Setor Norte, APA Margem Direita Setor Solimões-Padauari, APA Margem Esquerda Setor Aturiá – Apuaúzinho e TI WaimiriAtroari” como verificado na Figura 5.

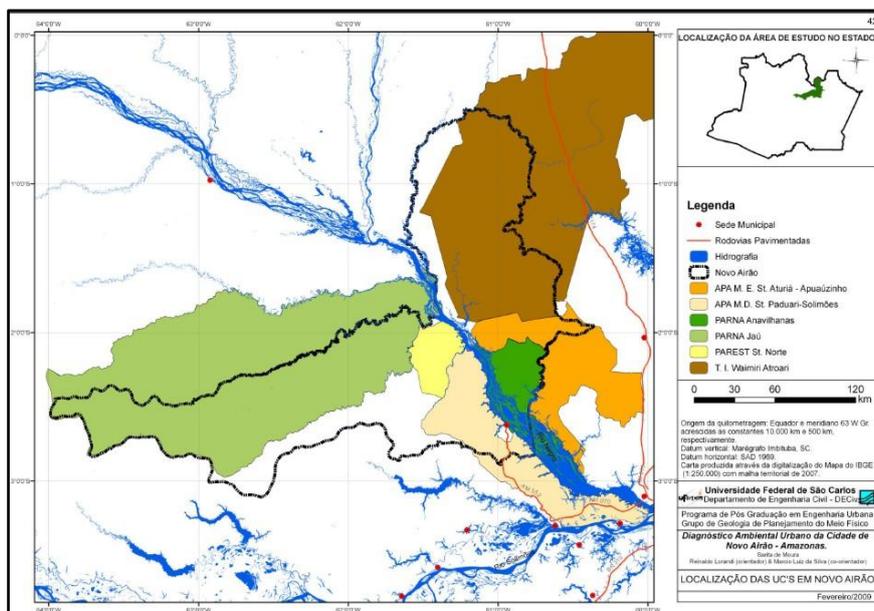


Figura 5. Unidades de Conservação em Novo Airão.
 Fonte: Moura (2009)

As duas APAs presentes em Novo Airão têm como objetivo conservar e proteger a biodiversidade, processos naturais, ordenar e adequar a ocupação humana, assegurando assim a sustentabilidade e acesso aos bens comuns, logo uma APA não impede o desenvolvimento de uma região, pois permite a manutenção das atividades humanas existentes, orientando as práticas produtivas de forma a coibir ações predatórias e consequente degradação dos recursos naturais.

Faz-se necessária essa discussão, pois de um lado temos urbanização e integração que rasga justamente a APA Paduari-Solimões via Rodovia Manuel Urbano (AM 070), que também é foco do aumento gradativo da implementação de grandes obras governamentais, e como escreve Souza (2013), os municípios de Iranduba e Manacapuru já passam pelo processo de degradação ambiental e tendem futuramente expandir-se e dirigirem-se para a região de Novo Airão.

Prevendo ou não o futuro da expansão da rede urbana, a estratégia idealizada a mais de 3 décadas foi a criação de Unidades de Conservação, e em 1980 mediante o Decreto Presidencial n. 85.200 de 24 de Setembro criou o Parque Nacional do Jaú, e mais tarde o Parque Estadual Rio Negro pelo Decreto n. 16.497 de 2 de Abril de 1995 e no mesmo ano em 2 de Maio pelo Decreto n. 16.498 a APA Paduari – Solimões e mais recentemente em 2008 pela Lei 3.355 de 26 de Dezembro criou-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro na margem direita do rio.

Esses movimentos pela institucionalização de áreas para conservação e proteção ambiental, surgiram como formas de frear o avanço cada vez mais para áreas de grande biodiversidade e sensíveis a alterações no clima, um braço do governo, mas também em outras oportunidades optasse em exigir das empresas contratadas para realizar as grandes obras a implementação de ações mitigadoras, como por exemplo, fortalecer movimentos sociais de base conservacionista ou

mesmo a economia comunitária, seja pelo turismo, agricultura familiar e outros. No município tem além do PARNA Jaú, o de Anavilhanas (Decreto Federal n. 86.061 de 2 de Julho de 1981) o qual de acordo com o ICMBio foi criado com o objetivo de preservar o arquipélago de Anavilhanas bem como suas diversas formações florestais, além de estimular a produção de conhecimento por meio da pesquisa científica e valorizar a conservação do bioma Amazônia com base em ações de educação ambiental e turismo sustentável.

E mesmo com essas estratégias e perfil conservacionista intrínseco a constituição de Novo Airão, verifica-se como advento da urbanização imposta pela expansão do capital e da capital, essa ação que ao mesmo tempo é mal necessário apresenta-se como um entrave à conservação dos recursos naturais em áreas onde as populações ainda possuem práticas tradicionais de relacionamento com o ambiente, um etnoconhecimento acerca da sociobiodiversidade.

A (des) urbanização e conservação ambiental... uma linha tênue

Ao olharmos para a realidade que nos é dada, podemos afirmar de imediato que a expansão via ideologia da urbanização vem disputando campo com as lutas daqueles favoráveis a conservação dos recursos naturais, muitos dos quais são agentes externos (pessoas ou órgãos), e principalmente com os mais interessados, a população de Novo Airão.

Portanto, o que vemos a partir e nesse cenário, é a necessidade de discutirmos de que forma ou em que grau a atual sistema econômico capitalista interfere na constituição e percepção do ambiente, bem como nos estilos de vida e culturais (DUFOUR, 2008; BOURDIEU, 2007) já que diariamente são adotadas novas técnicas e modelos produtivos e reprodutivos, que levam a transformar mesmo as formações sociais que não se orientam pela hegemonia capitalista.

Para Giddens (1991) fenômeno a envolver a ocupação humana e o crescimento urbano trata-se de um processo no qual o avanço sobre novas áreas tem por consequências a alteração do ambiente físico natural e social de forma significativa. E em sua análise o autor mostra que a ocorrência se dá pelo “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p.122).



Figura 6. Componente da rede viária
Fonte: André Zumak (2014)

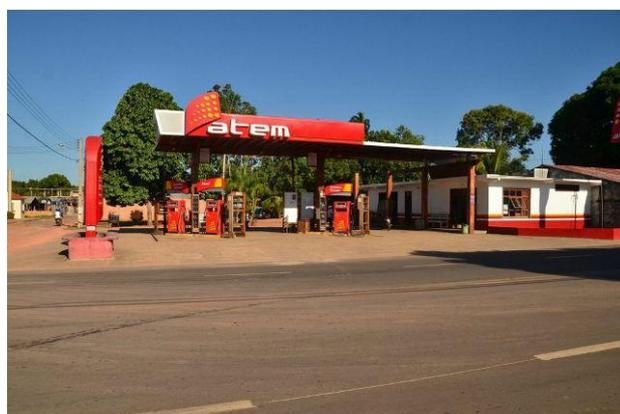


Figura 7. Barcos regionais.
Fonte: André Zumak (2014)

O deslocamento aqui é entendido da mesma forma que o arruinamento, pois não está ligado a supressão de bens simbólicos, ou mesmo crenças, e sim um rearranjo das relações, já que essas são subjetivas e constituem o caráter identitário e cultural do ser humano. As figuras 5 e 6 se apresentam como componentes do processo de urbanização na esfera dos transportes, com a ponte e a rodovia, as alterações físicas no ambiente são mais visíveis, e as predisposições para o sistema hidroviário são potencializados, isso é verificado com os barcos regionais.

No caso dos barcos regionais, estes se tornam instrumentos que facilitam a incursão à áreas pouco exploradas do município, mas trazem consigo outras problemáticas como por exemplo os conflitos na pesca em especial pela entrada nas UCs, que é fato que acontece, pois as extensas áreas não podem ser fiscalizadas por um reduzido contingente de servidores destacados para essa função.

Com isso as relações sociais podem ocorrer em locais penetrados e moldados em termos de influências político-econômicas e sociais, mesmo distantes da forma visível do lugar, do local, pois o “desencaixe” ou “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação, sua reestruturação pode ocorrer por meio de extensões indefinidas de conexão do local e do global (GIDDENS, 1991). Os fatos em pauta caracterizam os cenários sociais concretos onde há combinações do senso reflexivo das ações da cultura e símbolos valorizados que contêm e buscam perpetuar a experiência geracional.

E ainda de acordo com Giddens (1991) as transformações ocorridas na base da reprodução dos sistemas sociais e econômicos e nos processos de reconstrução cultural a “reflexividade” da vida social cotidiana consistem no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas a luz de informações renovadas e novos conhecimentos.

Neste processo, que num primeiro plano traz as transformações como algo aparentemente inevitável, constante e ao mesmo tempo crescente envolvendo basicamente as relações sociais de trabalho, pois em um dado momento quando a base das formas de produção era assentada nas relações tradicionais de ajuda mútua, com o compartilhamento dos recursos naturais e práticas econômicas da economia da reciprocidade, hoje são pressionadas a darem lugar às mesmas atividades de mercado vigoradas nos centros urbanos, tal como as de serviços e comércio.

Então até que ponto a urbanização pela integração surgiu como um movimento de ordenação e organização do espaço ou será que somente trata-se de uma desurbanização? Pois o que há são as práticas ditar organizativas de um espaço como se esse fosse desprovido de interações e interações anteriores.

Se por um lado há grupos sociais que querem se apoderar desses novos espaços, estes deveriam considerar que nesses locais já haviam pessoas morando, cultivando uma harmônica relação com o ambiente, que trazem na sua constituição histórica posses subjetivas e simbólicas de

estratégias de conservação dos recursos naturais muito antes das institucionalizações das políticas desenvolvimentistas.

Traços étnicos herdados das populações indígenas que ocupavam essa região mesmo antes do período colonial, povos esses que possuíam uma economia baseada no extrativismo de produtos florestais, pesca, caça e agricultura de subsistência. Logo, a predisposição para a conservação via práticas tradicionais também é uma peculiaridade dos habitantes do município de Novo Airão.

E o discurso que afirma uma desorganização parte justamente da visão de um neocolonizador, o que de fato não representa o que há, pois mesmo em tempos passados, a região já estava imersa num complexo de relações. No campo da economia parece duelar com a conservação ambiental, pois enquanto uma objetiva o crescimento, a integração local global, a conservação atua muito mais no plano do desenvolvimento com o mínimo possível de impactos via integração com agentes degradantes.

Ultimamente percebem-se uma tentativa de conciliação ou aproximação, pois grandes iniciativas no rumo a uma inclusão no comércio espécies da agrobiodiversidade local, que vem requerer medidas adaptativas para o atendimento do mercado consumidor, logo mudanças na ocupação espacial produtiva e na organização dos processos de manejo e extração desses recursos, forjando paisagens diferenciadas nas diferentes localidades do município.

Então se encararmos essas transformações como necessárias, que seja feita no tempo e espaço dos habitantes, pois uma inserção coercitiva traria apenas prejuízos tanto econômicos e muito mais ambientais, a cidade muda, as práticas e as convenções sociais também, mas aí que está a capacidade mitigadora dos munícipes, de querer transformasse, mas da sua forma.

Transformações no espaço e horizontes porvir

As transformações, mudanças e ameaças com as quais se depara Novo Airão dizem respeito às estratégias de subsistência afetadas por pressões de mercado, programas de desenvolvimento, intensificação dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais, degradação ambiental, crescimento populacional, migrações e urbanização, assim como o aumentando dos riscos sobre a conservação dos recursos em longo prazo.

E a impressão que nos chegar a mente é que o relato encontrado na obra de Leonard (1999) sempre esteve presente, independente do local, pois se em tempos idos o declínio de Airão se deu pela decréscimo, originando o fluxo de migrações do campo para a cidade, uma face do arruinamento associado ao declínio das atividades extrativistas, crise econômica, despovoamentos sucessivos, falta de investimento em bens de produção, ausência de soluções estatais para educação e saúde, inexistência de paz interétnica e isolamento geográfico, o futuro que é o agora não se faz muito diferente.

Dos fatores citados acima, alguns permanecem na história do Novo Airão, no entanto o fato que se sucede, do embate, da disputa simbólica é vista e descrita por Morán (1990) como estratégias adaptativas, pois agora, a população de Novo Airão se depara com uma possível diminuição populacional por uma urbanização imposta por uma ponte. Cita-se também aqui a pressão para ocupação das áreas ocupadas por agricultores familiares, política da especulação imobiliária, resiliência social (BEGOSSI, 2001, p. 90).



Figura 8. Unidades habitacionais governamentais
Fonte: André Zumak (2014)



Figura 9. Nova pavimentação das ruas
Fonte: André Zumak (2014)

Esse cenário faz emergir e evidenciar o problema da instabilidade da Conservação em meio à pressão pelo desenvolvimento próximo a unidades de conservação. E como bem afirma Diegues (2001), o questionamento ainda não foi respondido sobre a convivência harmoniosa do urbano e as facetas destes em áreas de conservação.

Iniciamos para chegar às considerações que entre o ontem e o hoje do município de Novo Airão há um espectro influenciado imediatamente pela condição econômica de cada período histórico, onde os rumos da sua sobrevivência estão atrelados às dinâmicas socioambientais tanto internas como externas.

Isso no faz pensar até que ponto, nesse mundo globalizado e interconectado, somos donos de nossas escolhas, até que ponto os países reagem da forma que reagem por ser assim que melhor deveriam reagir?

Os episódios que contam a história de Novo Airão são como *spoiler* de filmes que muito ansiamos para assistir, ver como será o fim, mas quando sabemos, ficamos com a vontade de não poder saber, já que pode não ser aquilo que esperávamos. O desenvolvimento prometido para as regiões próximas a Manaus não chegou da forma que foi anunciado, agora é saber lidar com a situação e tentar instigar as transformações da forma que estão se processando e não busca no misticismo uma resposta para a atual realidade, como feito em tempos passados.

Pois há uma lenda popular entre os novo-airãoenses que aponta como fator principal para o declínio de Airão que é muito diferente ao dos aspectos do arruinamento econômico, pois de

acordo com a lenda o lugar sofreu uma infestação de formigas gigantes forçando os habitantes a fugirem, tornando assim a cidade fantasma.

Mas lendas a parte, hoje se a cidade pode sofrer um novo impacto não necessariamente pelo arruinamento, os representantes municipais, estaduais e federais terão que encontrar outra resposta, pois entre a urbanização e a conservação, o homem é muito mais destrutivo que qualquer outra espécie existente.

Referencias

AFONSO DA SILVA, José. Curso de direito constitucional positivo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 646p.

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2ed. Manaus: Ed. Valer, Edua e Inpa, 2007.408p.

BORGES, Sérgio Henrique. Boletim do Observatório da Região Metropolitana de Manaus, v.1, n.1, Agosto, 2014. Disponível em: <http://mundogeo.com/arquivos/news/boletim-rmm-fva.pdf>

BEGOSSI, Alpina (org). Ecologia de pescadores de mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004. 332 p.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. Editora Cultrix: São Paulo, 2002. Tradução Marcelo Brandão Cipolla, Título do original: The Hidden Connections.

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (USP), 2001.294 p.

DUFOUR, Dany-Robert. O divino mercado. A revolução cultural liberal. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a Produção do Não-Lugar. In: YÁZIGI, Eduardo Abdo. (Org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 1a ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 25-37.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. Tradução Raul Fiker. São Paulo:UNESP, 1991.177 p.

GONÇALVES, Raquel Garcia Gonçalves; MARRA, Natália Cardoso. Regiões Metropolitanas: uma modalidade de gestão desconcentrada e cooperativa. R. Pol. Públ., São Luís, v.16, n.1, p.169-177, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=470

HABERMAS, Jurgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Tradução Guido A. de Almeida.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Histórico de Barcelos – Amazonas. s.d. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/barcelos.pdf>

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional de Anavilhanas. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/212-parque-nacional-anavilhanas.html>

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, titulooriginal: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions, 2006.

Lei Complementar n.52 30 de Maio de 2007. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/perfil_da_rmm_2011.pdf

LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 12 e Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100005

MOURA, Sarita de. Diagnóstico ambiental urbano da cidade de Novo Airão, Amazonas. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009, 139 fls.

MORAN, Emilio F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis: Editôra Vozes, 1990, 367p.

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. Revista Pós Ciências Sociais v.6, n.12, p.181-196, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/64>

SOUSA, Isaque dos Santos. A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional a reprodução do capital. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 249, fls.